



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**PROGRAMA DE SEMINÁRIOS EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

**“O modelo de instabilidade de Harrod: uma abordagem em
termos de não linearidade”**

Alain Hersovici

Data: 14/06/2005

O modelo de instabilidade de Harrod: uma abordagem em termos de não linearidade

Alain Herscovici *

As diferentes versões do modelo de Harrod sempre foram objeto de controvérsias importantes: os economistas neoclássicos vêem nele “uma incursão ambiciosa e extravagante na teoria dos ciclos “ (Simonsen, Cysne, 1995, p. 490); À medida que a hipótese do coeficiente de capital constante constitui a base da ”instabilidade” harrodiana, a escola neoclássica refuta a instabilidade a partir da substituibilidade perfeita dos fatores de produção em função de sua remuneração ao custo marginal (Solow R.M., 1956, p. 65). O próprio Keynes refutava a idéia da existência de uma taxa garantida (1973). Apesar das “imprecisões” presentes nas diferentes versões deste modelo, além das dificuldades teóricas enfrentadas pelo próprio autor, pretendo mostrar como Harrod , a partir de 1938, fornece elementos para construir uma análise dinâmica, utilizando o instrumental de Keynes: isto implica em fornecer uma *explicação endógena* da instabilidade, da existência de ponto de reversão e das modalidades de regulação do sistema.

Uma análise dinâmica é, a meu ver, intrinsecamente histórica: o tempo e as decisões dos agentes econômicos são irreversíveis (Herscovici Alain, 2003 (a)). Por outro lado, conforme ressaltam os trabalhos ligados à entropia, ao estudo dos sistemas complexos, e a não linearidade, as flutuações são produzidas *endogenamente* pelo sistema; numa perspectiva semelhante, um sistema instável se caracteriza pela existência de *path dependence* e de processos de histerese, e pela existência de modalidades de regulação diferentes daquelas que prevalecem “perto” da posição de equilíbrio (Prigogine, 1996).

A tese defendida neste trabalho é a seguinte: Harrod, (1937, 1938, 1939, 1948, 1963) tentou construir um modelo dinâmico a partir dos elementos estáticos da Teoria Geral ¹ de Keynes. Analisarei a natureza do equilíbrio relativo à demanda efetiva, da maneira como ele foi definido na TG, e mostrarei como Harrod transpõe, em termos dinâmicos, este conceito. Neste sentido, apesar de não ser objeto de modelizações formais matemáticas, os pressupostos deste modelo se relacionam diretamente com uma abordagem não linear dos processos econômicos e das relações entre crescimento e flutuações (Besomi Danielle, 2001, p. 89). A este respeito, é importante mostrar que várias interpretações deste modelo o interpretam de uma maneira errônea: além de não considerar os elementos dinâmicos e de retranscrevê-los em um universo neoclássico, este tipo de interpretação tem que abandonar o estudo dos processos de *path dependence* para focalizar sua atenção sobre as condições de convergência para o estado ótimo de longo prazo (Solow R, 1956). Nesta perspectiva, boa parte dos elementos dinâmicos deixa de ser estudada (Kregel, 1980).

* Doutor em Economia pelas Universidades de Paris I Panthéon-Sorbonne e de Amiens, Coordenador do Grupo de Estudo em Macroeconomia (GREM) do Departamento de Economia da UFES, Coordenador e Professor do Mestrado (e-mail: alhersco.vix@zaz.com.br).

¹ Para simplificar a notação, colocarei TG no corpo do texto para John Maynard Keynes, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, Atlas, São Paulo, 1990.

Para demonstrar esta tese, numa primeira parte, estudarei as relações que existem, na TG, entre a Demanda Efetiva, a estabilidade do equilíbrio e a natureza das expectativas; a este respeito, ressaltarei o componente estático utilizado por Keynes na TG. Numa segunda parte, após ter explicitado as relações fundamentais de Harrod, mostrarei como este autor define vários princípios de instabilidade assim como modalidades concretas de regulação do sistema.

I) Demanda efetiva, estabilidade do equilíbrio e natureza das expectativas: estática versus dinâmica

1) Demanda efetiva, expectativas e equilíbrio: uma primeira abordagem

1.1 Oferta e demanda agregada

O princípio da demanda efetiva, da maneira como ele é apresentado na TG, corresponde a um ponto de equilíbrio; conforme mostrarei mais adiante, *sob certas condições*, este equilíbrio apresenta as características de estabilidade e de convergência. Não obstante, a cláusula *ceteri paribus* deve ser concebida como um fechamento provisório do modelo, o qual é válido no tempo apenas enquanto determinadas condições permanecem constantes (V. Chick, 2004, p. 10 e 11).

Neste sentido, o equilíbrio constitui uma mediação necessária para poder implementar o estudo dos diferentes mecanismos; a estabilidade do equilíbrio e a convergência para esta posição dependem de determinadas condições: são essas condições que me proponho a analisar, assim como os mecanismos que permitem explicar a modificação dessas e da posição de equilíbrio correspondente.

Keynes define o preço de oferta agregada como “(...) o produto esperado que é exatamente suficiente para que os empresários considerem vantajoso oferecer o emprego em questão” (TG, p. 37). A função de oferta agregada é definida a partir da seguinte relação: $Z = \Phi(N)$, N representando o volume do emprego; *esta função de oferta agregada corresponde a todas as possibilidades de lucro esperado em função da quantidade de trabalho empregada*.

O lucro previsto do empresário corresponde à diferença entre o valor da produção e a soma dos custos de fatores, ou seja, a remuneração do trabalho, e o que ele paga aos outros empresários (TG, p. 37) ²; assim, este produto esperado é aquele que, a partir de determinadas expectativas de receitas, permite maximizar o lucro esperado, ou seja, a diferença entre o total das receitas e o total dos custos relativos ao trabalho e ao capital. Por outro lado, Keynes define as expectativas de longo prazo como aquelas que se relacionam com o produto esperado quando o estoque de capital varia (TG, p. 53); *isto significa que, na função de oferta agregada, estão embutidas as expectativas de longo prazo relativas ao retorno do investimento, ou seja, à eficiência marginal do capital*. O preço de oferta de

² No âmbito deste trabalho, não é possível entrar nos detalhes da discussão que Keynes faz a respeito do custo de uso; deixaremos esta questão de lado.

longo prazo representa o nível de produto esperado necessário para empregar aquele volume de emprego: “(...) o preço de oferta inclui (...) o custo dos fatores: salários (...) e o lucro “suficiente” (...) assim como os valores pagos aos outros empresários, ou seja, os gastos em investimento” (Barrère Alain, 131). Em outras palavras, a função de oferta agregada se relaciona com o investimento e com as expectativas de lucro, expectativas definidas no longo prazo.

A demanda agregada representa o “produto que os empresários esperam receber do emprego de N homens” (TG, p. 38) e pode ser representada pela seguinte função: $D = f(N)$. No capítulo 5 da TG, Keynes define as expectativas de curto prazo pelo fato delas se relacionarem com as expectativas de receitas relativas à variação da produção quando o estoque de capital é constante. As expectativas de curto prazo se caracterizam pelo fato de modificarem o nível da produção para um mesmo estoque de capital: estamos numa situação de *curto prazo* marshalliano, na qual o único fator variável é o trabalho.

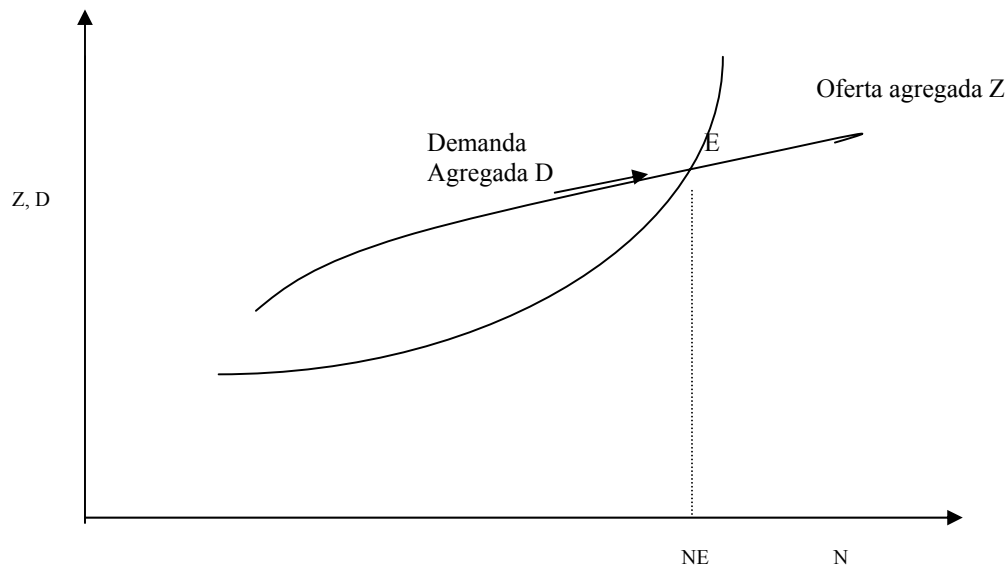
1.2 A determinação da Demanda efetiva

A demanda efetiva é representada pelo ponto de interseção entre a função de demanda agregada e a função de oferta agregada. Neste ponto específico, as receitas esperadas correspondem àquelas que maximizam o lucro: este ponto corresponde à maximização do lucro esperado (Barrère A, p. 121).

Trata-se, agora, de mostrar, a partir das características dessas funções, porque este ponto é único; isto representa a base da crítica que Keynes faz da lei de Say e permite explicar porque o equilíbrio não corresponde a uma situação de pleno emprego.

A este respeito, contrariamente à abordagem neoclássica, o conceito de adiantamento (*avances*) permite entender porque as curvas de demanda e oferta não são determinadas de uma maneira independente: o montante dos adiantamentos efetuados pelos empresários (equivalente à oferta), na base de determinadas expectativas, determina a demanda potencial, ou seja, os gastos potenciais (Barrère, op. cit., p. 127). Em nível agregado, os custos que se relacionam com oferta agregada, correspondem à renda distribuída e, conseqüentemente, a um certo gasto. No entanto, existe incerteza no que concerne à estrutura e à temporalidade deste gasto (Idem).

Gráfico 1



A inclinação da curva Z se explica a partir da existência de rendimentos de escala decrescentes:

- i) o capital e o trabalho variam, conforme vimos; por outro lado, é possível supor que a tecnologia é constante, o que significa que a produtividade do trabalho é igualmente constante, assim como a relação entre K , o capital, e L , a quantidade de trabalho. De um modo mais geral, a análise keynesiana se relaciona com uma concepção intensiva e não extensiva do capital (Pasinetti, 1997): ela estuda os determinantes do volume total de capital e não as diferentes intensidades capitalísticas K/L .
- ii) Os rendimentos decrescentes se traduzem pelo fato do produto aumentar proporcionalmente menos que a quantidade dos fatores, ou seja, que o capital e o trabalho (Barrère A, p. 126).
- iii) Conseqüentemente, as receitas marginais previstas que correspondem à maximização do lucro têm que crescer proporcionalmente ao custo dos fatores, ou seja, proporcionalmente mais que a quantidade desses fatores.

Em função dessas características econômicas, a curva Z tem uma inclinação positiva e crescente.

A curva D representa as receitas previstas que correspondem ao aumento da quantidade de trabalho utilizado; à medida que, neste caso, a quantidade de capital é constante, esta curva apresenta uma inclinação positiva mas decrescente. *Quando os empresários forem elaborar*

suas expectativas de curto prazo, eles incorporam a lei da produtividade marginal decrescente.

Em função dessas características econômicas, existe apenas um ponto de demanda efetiva que corresponde à interseção entre a curva de demanda agregada e de oferta agregada. Isto constitui a base a partir da qual Keynes refuta a lei de Say (TG, p. 38 e 39). Por outro lado, nada indica que este equilíbrio corresponda a uma situação de pleno emprego. Esta situação só se verificaria para expectativas de longo e de curto prazo específicas e não existe nenhuma razão para que as expectativas dos empresários correspondam àquelas que permitiriam alcançar o pleno emprego.

É igualmente importante observar que a estrutura lógica do modelo apresentado na TG é fundamentalmente diferente da lógica do modelo neoclássico: neste último, no curto prazo, a quantidade de trabalho é determinada, primeiramente, no mercado do trabalho, os agentes maximizando as funções de oferta e de demanda por trabalho; no caso deste mercado ser concorrencial, do preço do trabalho ser flexível, a quantidade de trabalho corresponde sistematicamente ao pleno emprego. Num segundo momento, no mercado dos bens e serviços, o nível da produção depende da quantidade de trabalho determinada previamente no mercado do trabalho. A quantidade de trabalho depende das condições concorrencias presentes no mercado do trabalho, assim como o nível da produção; por esta razão, o desemprego involuntário é analisado a partir das imperfeições de mercado, mais especificamente, das imperfeições no mercado do trabalho, e as políticas econômicas visam a “flexibilizar” os diferentes mercados (Peixoto J. A., Herscovici A., 2004)

A estrutura do modelo apresentado na TG é totalmente diferente: a construção da demanda efetiva ressalta o fato que o nível efetivo de emprego é determinado a partir das expectativas de curto e de longo prazo elaboradas pelos empresários: (a) à medida que os empresários elaboram as expectativas e que as decisões econômicas são implementadas na base dessas expectativas, os assalariados não têm nenhuma influência sobre o mercado do trabalho (b) as políticas econômicas visando a restaurar o pleno emprego, ou simplesmente a aumentar o emprego, se fundamentam sobre os fatores capazes de induzir uma modificação das expectativas e não sobre uma redução dos salários reais (Cardim, 1999): além de diminuir a propensão a consumir, esta última medida, pelo fato de diminuir as expectativas de receitas, vai ampliar o desemprego.

De fato, na TG, não existe mercado do trabalho, pelo menos no sentido neoclássico (Barrère, p. 232): (a) a oferta de trabalho não é determinada pela igualação entre a desutilidade marginal do trabalho e a utilidade marginal do salário (TG., p. 41) (b) a demanda de trabalho não é determinada pela igualação entre o custo e a receita marginais (Herscovici A, 2002).

2) A tipologia de Kregel: natureza das expectativas e estabilidade do equilíbrio

2.1 A natureza das expectativas de longo prazo: uma primeira análise

O pensamento (pós)-keynesiano se depara com o problema relativo às modalidades de determinação das expectativas de longo prazo, ou seja, à natureza exógena ou endógena das expectativas de longo prazo.

Na perspectiva pós-keynesiana, é comum afirmar que essas expectativas têm que ser determinadas exogeneamente. Esta posição se fundamenta na crítica que Keynes faz da lei de Say (Davidson, 1999). Nesta perspectiva, a demanda agregada ($D = f(N)$) é assimilada às expectativas relativas ao conjunto das despesas efetuadas na economia. Essas despesas se relacionam com o consumo, D_c , e com o investimento, DI . A função de oferta agregada ($Z = \phi(N)$) se relaciona com os gastos da produção total, incluindo os lucros e os salários. O ponto de demanda efetiva corresponde ao ponto de interseção entre D e Z .

Para Keynes, a lei de Say significa que existe um ponto de demanda efetiva diferente para qualquer valor de N , a quantidade de emprego³; neste caso, as duas curvas (de demanda e de oferta agregada) são semelhantes. Se, conforme já mostrei, o ponto de demanda efetiva corresponde à maximização do lucro esperado, a lei de Say significa que, para qualquer volume de emprego N , os lucros esperados são maximizados: neste caso, não há nenhum impedimento para o sistema alcançar o pleno emprego.

A oferta agregada se relaciona com o valor dos insumos necessários à produção; ela indica qual é a distribuição de renda efetivamente realizada em função das expectativas dos empresários. A demanda agregada se relaciona com as despesas esperadas relativas ao consumo corrente e ao investimento. Conseqüentemente, no ponto de demanda efetiva, toda a renda distribuída corresponde às despesas esperadas. No entanto, isto não é suficiente para refutar a lei de Say (Kregel, 1980): é preciso mostrar que este ponto é único.

O raciocínio é o seguinte:

$$\phi(N) = f(N) = D_c + DI \quad (1)$$

D_c , o componente da demanda agregada que corresponde às despesas em bens de consumo, depende diretamente do nível do emprego N e, conseqüentemente, da renda corrente. DI depende da eficiência marginal do capital e da taxa de juros: em outras palavras, DI não depende da renda corrente.

O fato de haver apenas, para determinadas expectativas, um ponto único de demanda efetiva constitui a base da TG, ressaltando, entre outras coisas, a existência de um *equilíbrio estável* sem pleno emprego.

³ Keynes considera que existe uma correlação positiva entre o nível do emprego e o nível do produto, ou seja, a renda corrente. A este respeito, ver o capítulo 4 da TG: “mediremos as mudanças da produção corrente com referência ao número de horas de trabalhos pagos e aplicadas no equipamento existente” (p. 51).

O problema pode ser formulado da seguinte maneira:

O equilíbrio que corresponde à Demanda Efetiva corresponde à seguinte equação:

$$\phi(N) = D_c(N) + DI. (2)$$

À medida que D_c depende do produto corrente e do emprego, qualquer variação de $\phi(N)$ se traduz por uma variação, no mesmo sentido, de D_c . A diferença entre a análise neoclássica (que, em todos os casos, reconhece a validade da lei de Say) e a análise de Keynes depende das variações de DI .

i) Se supomos que DI varia em função da renda corrente, ou seja, de N , a equação (2) é verificada para qualquer valor de N , esta situação correspondendo à lei de Say.

ii) Se, ao contrário, DI , ou parte de DI , não varia em função de N , não é possível verificar (2) para qualquer valor de N . Trata-se do caso keynesiano.

Esta discussão é fundamental pelas seguintes razões: (a) quais são as modalidades concretas de determinação de DI ? Em outras palavras, a determinação de DI é endógena ou exógena? (b) isto torna necessária a análise das relações entre as modalidades de determinação das expectativas de curto prazo ligadas à D_c , e as expectativas de longo prazo, as quais determinam a eficiência marginal do capital.

A partir deste raciocínio, Davidson deduz que, na perspectiva desenvolvida por Keynes, o investimento depende das expectativas de longo prazo, essas expectativas sendo, por natureza, exógenas (1999, p. 53). Neste caso, a equação (2) não é verificada para qualquer valor de N .

No entanto, esta determinação exógena das expectativas não é a condição necessária e suficiente para poder refutar a lei de Say:

i) o investimento depende da diferença entre e e i , essas duas variáveis sendo determinadas independentemente. Mesmo se a variação de e depende, total ou parcialmente, de N , isto não significa que o Investimento varia em função de N . A função de investimento pode ser escrita da seguinte maneira: $I = e(N) - i$ (PL) (PL representa a preferência pela liquidez). Assim, mesmo se e varia em função de N , ou seja, dos gastos correntes, as variações de I dependem das variações de i . Essas são essencialmente monetárias, e não se relacionam diretamente com N . *O fato de e variar em função de N não constitui uma condição necessária e suficiente para verificar (2), para qualquer valor de N .*

ii) Por outro lado, é possível imaginar dois componentes na determinação de e : um exógeno e o outro endógeno, ou seja, ligado às variações dos gastos correntes. Na TG, Keynes faz várias afirmações que vão neste sentido: por exemplo, ele fala na “(...) importância da influência das mudanças a curto prazo no estado das expectativas a longo prazo (...)” (TG, p. 34). Se, no âmbito de um processo de *path-dependence*, as expectativas de longo prazo dependem, em parte, das expectativas de curto prazo, parte das expectativas de longo prazo

dependem da variação da renda corrente ⁴ . Neste caso, o tempo utilizado é histórico e o produto de equilíbrio de longo prazo indeterminado (Setterfield, 1998, p. 523).

iii) Se o ciclo econômico é provocado pela variação de e , a tese ligada à exogeneidade das modalidades de determinação das expectativas de longo prazo significa que a causa das flutuações é exógena; neste caso, a causa principal das flutuações econômicas deixa de ser explicada. Primeiramente, estamos na presença de um choque exógeno, e esta metodologia não se diferencia daquela do *mainstream* (choque monetário, choque real, choque de demanda). Trata-se de analisar o impacto deste choque sobre a economia, e não de explicá-lo. A teoria das expectativas racionais apresenta um valor explicativo superior à medida que ela analisa as modalidades de formação dessas expectativas. Segundo, uma determinação exógena das expectativas de longo prazo corresponde à estabilidade do equilíbrio representado pela Demanda Efetiva e não permite elaborar uma análise dinâmica.

2.2 Natureza do equilíbrio e expectativas

A natureza do equilíbrio representado pela Demanda Efetiva é diretamente ligada às modalidades de determinação das expectativas e às relações entre as expectativas de curto e de longo prazo. Em última instância, é preciso questionar o estatuto e a natureza do equilíbrio relativo à Demanda Efetiva.

A leitura que Kregel faz da TG e da maneira como Keynes utiliza os diferentes conceitos de equilíbrio ressalta os seguintes pontos (Kregel, 1976) : a natureza e o uso de conceito de equilíbrio, na TG, é fundamentalmente diferente do conceito neoclássico de equilíbrio: os dois universos são, igualmente, profundamente diferentes, pelo fato do universo definido na TG caracterizar-se pela existência de incerteza e pelo fato das expectativas não serem sistematicamente realizadas, mesmo no longo prazo. O equilíbrio keynesiano é determinado pela demanda efetiva e não pelo resultado de um processo de *tâtonnement* walrasiano relativo aos preços de equilíbrio. O modelo de equilíbrio utilizado na TG assume que as expectativas de longo prazo são constantes, e que a não-realização das expectativas de curto prazo não afeta as expectativas de longo prazo (Idem. p. 213).

Este autor distingue três modelos de equilíbrio utilizados por Keynes:

(a) *o modelo de equilíbrio estático* caracteriza-se pelo fato das expectativas de longo prazo serem constantes, das expectativas de curto prazo serem realizadas, e de não haver interação entre esses dois tipos de expectativas

(b) *no modelo de equilíbrio estacionário*, as expectativas de curto prazo podem não ser realizadas, mas a revisão dessas expectativas (de curto prazo) não modifica as de longo prazo e permite, assim, alcançar o ponto que corresponde à demanda efetiva. Neste caso, a revisão das expectativas, por parte dos capitalistas, corresponde a uma mudança na curva de demanda e não a uma mudança da posição desta curva (Ibid, p. 215).

⁴ A análise elaborada neste trabalho parte dos mesmos pressupostos que aquela desenvolvida por Setterfield (1999), a posição de longo prazo se caracterizando por um equilíbrio móvel (*shifting equilibrium*)

(c) o modelo de equilíbrio móvel (*shifting equilibrium*) caracteriza-se pelo fato das expectativas de curto prazo não serem verificadas e da revisão dessas modificar as expectativas de longo prazo. À medida que existe interdependência entre os diferentes tipos de expectativas, os empresários modificam suas expectativas de curto prazo, mas isto provoca uma modificação das expectativas de longo prazo: os agentes se movem na curva de demanda mas, simultaneamente, a curva de oferta agregada se modifica. O equilíbrio será alcançado “(...) apenas se, apesar de seus erros, os empresários não modificam suas expectativas até atingir, a partir de um processo iterativo, este equilíbrio.” (Ibid., p. 217).

Gráfico 2 O equilíbrio estacionário

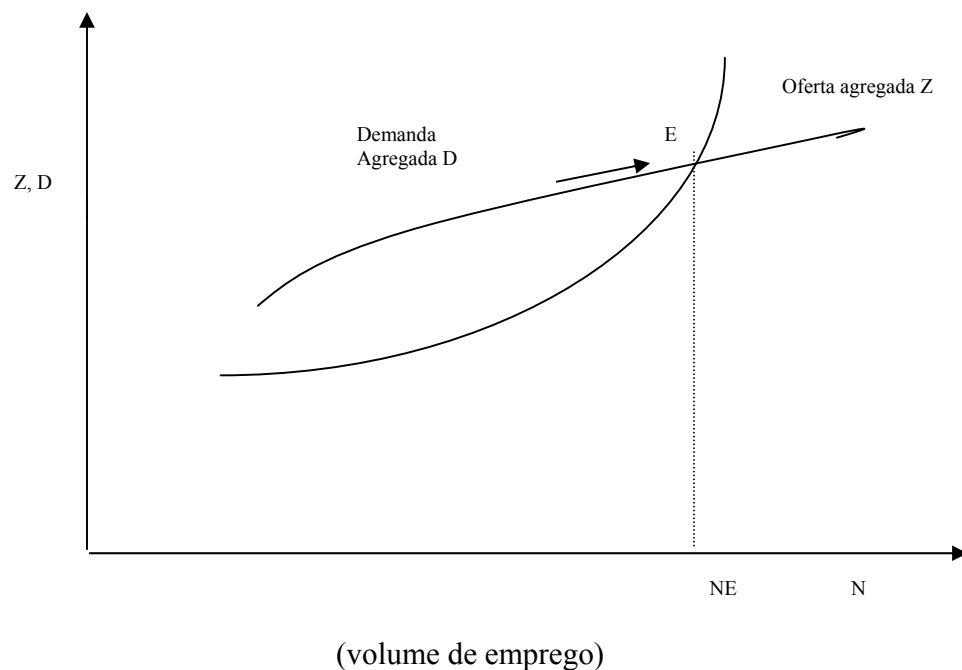
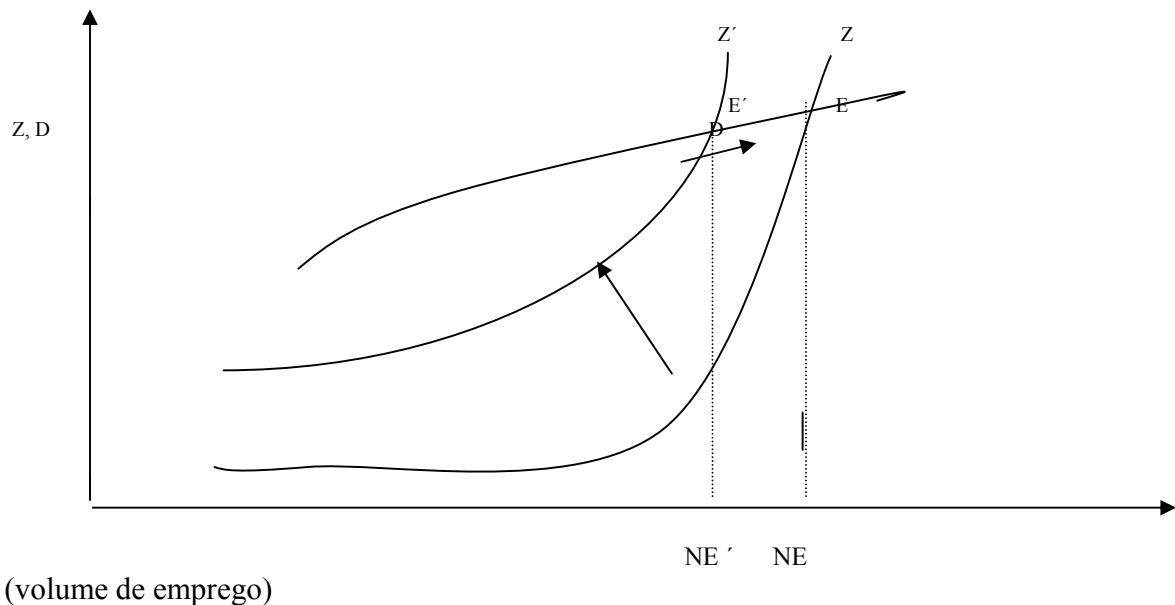


Gráfico 3 O equilíbrio móvel



No gráfico 2, os empresários revêem suas expectativas de curto prazo e se movem, assim, na curva de demanda agregada até alcançar o ponto de demanda efetiva. Este corresponde à maximização dos lucros esperados e constitui um equilíbrio estável. Esta estabilidade se explica pelo fato das expectativas de longo prazo representadas pela curva Z serem constantes durante o processo de ajustamento, ou seja, não dependerem da modificação das expectativas de curto prazo. Os empresários se movem na curva D: após um processo de *tâtonnement*, eles alcançam o ponto E (Kregel, 1976, p. 215). A renda e o nível de emprego correspondente variam até alcançar o ponto da demanda efetiva. Neste ponto, o volume de emprego e a renda permanecem constantes; o equilíbrio é estacionário, conforme afirma Kregel, no sentido de ser estável; existe, igualmente, uma convergência para esta posição. .

No gráfico 3, ao contrário, a modificação das expectativas de curto prazo, na curva D, gera uma modificação das expectativas de longo prazo: a curva Z se desloca e nada indica que o sistema alcança o novo ponto de demanda efetivo estável. Por outro lado, o ponto de Demanda Efetiva se modifica e, conseqüentemente, o nível de emprego. Trata-se de uma abordagem dinâmica pelo fato das variações da renda e do emprego serem explicadas a partir de dois mecanismos: (a) a convergência para a posição de equilíbrio (b) a própria mudança do valor que corresponde a esta posição de equilíbrio. Esta dupla dinâmica se explica a partir da modificação das expectativas de longo e de curto prazo e de suas relações.

A estabilidade do equilíbrio existe apenas no caso representado no gráfico 2, o que implica um processo de *tâtonnement*. Ao contrário, o equilíbrio móvel pode ser qualificado de dinâmico; *não existe equilíbrio predeterminado que os agentes alcançariam a partir de tal processo de tâtonnement*.

A partir desta tipologia estabelecida por Kregel, é possível deduzir certas conclusões teóricas: por razões analíticas, Keynes utiliza esses três tipos de equilíbrios: num primeiro momento, os modelos de equilíbrio estático e estacionário são utilizados para definir o ponto de demanda efetiva, num segundo, o modelo de equilíbrio móvel para se aproximar do mundo real e de sua complexidade. Neste nível, é possível estabelecer um paralelo com o método empregado por Marx: quando este constrói os esquemas de reprodução simples e ampliado, não pretende analisar, assim, a realidade do sistema capitalista, mas, apenas, especificar as condições a partir das quais a economia se encontra em equilíbrio: o conceito de equilíbrio constitui, apenas, uma mediação necessária para estudar o real (Herscovici A, 2002). Concorro plenamente com Harrod quando ele afirma que “(...) em relação à elaboração de uma teoria dinâmica, a teoria macroeconômica estática constitui um fundamento indispensável” (1963).

Por outro lado, o fato de Keynes raciocinar em termos de equilíbrio fornece os fundamentos para uma crítica da estrutura lógica da teoria neoclássica:

i) a determinação da taxa de juros, da maneira como ela é explicada pela teoria neoclássica, a partir da teoria dos fundos de empréstimos, tem que considerar que a renda permaneça constante. Se não for o caso, esta teoria deixa de ser explicativa e isto implica que a determinação da taxa de juros tem que ser exógena e ligada às variáveis monetárias (TG, capítulo 14).

ii) Keynes mostra assim que o equilíbrio realizado no mercado dos fundos de empréstimos, entre o Investimento e a Poupança global, se dá a partir de uma variação da renda e não da taxa de juros (Idem); isto permite ressaltar a determinação monetária da taxa de juros e a influência da variação do Investimento sobre a renda, a partir do multiplicador. Assim, contrariamente à teoria neoclássica dos fundos de empréstimos, é impossível considerar que a renda permanece constante quando o investimento varia (Harrod, 1937, p. 127); conseqüentemente, a poupança não pode ser concebida como uma escolha inter-temporal de consumo.

No entanto, a estabilidade do equilíbrio representado pela Demanda Efetiva constitui um elemento estático: não fornece uma explicação endógena das flutuações do emprego e da renda, não permite explicar as modalidades de elaboração das expectativas de longo prazo nem estudar as relações entre essas e as expectativas de curto prazo. No que diz respeito ao segundo ponto, o animal spirit não fornece uma explicação satisfatória; além de exogeneizar a causa das flutuações econômicas, ele não corresponde ao método empregado por Keynes, no que diz respeito à natureza do capital ⁵. Por outro lado, em vários trechos da TG, Keynes resalta a interdependência entre as expectativas de curto e de

⁵ Para uma análise detalhada deste ponto, ver Herscovici Alain, 2004.

longo prazo: a este respeito, Keynes fala da “(...) importância da influencia das mudanças a curto prazo no estado das expectativas a longo prazo (...)” (TG, p. 134).

O equilíbrio móvel constitui assim o instrumento analítico adequado para conceber e elaborar um estudo da dinâmica do sistema. Pelo fato de não apresentar as características de estabilidade, ele corresponde a uma situação harrodiana, à medida que a reavaliação das expectativas pode gerar uma ampliação dos desequilíbrios iniciais e que a própria posição de equilíbrio se modifica.

II) A problemática de Harrod

1) Uma apresentação do modelo

1.1 As relações fundamentais

Harrod considera a seguinte equação como um truísmo (1948):

$$G.C = s \quad (1), \text{ onde } G = \frac{\Delta Y}{Y}, \quad C = \frac{\Delta K}{\Delta Y}, \text{ e } s \text{ é a propensão marginal a poupar.}$$

Y representa o produto, K o capital e Δ a variação das diferentes variáveis. G é a taxa de crescimento efetivo do produto, C o coeficiente "real" de capital. A medida que Harrod supõe que o coeficiente de capital K/Y é constante (*hipótese 1*), isto implica obrigatoriamente que $\Delta K/\Delta Y = K/Y = \text{constante}$.

Isto provém do fato que a taxa de juro é constante e o progresso neutro (Idem, p. 5) (*hipóteses 2 e 3*). A neutralidade do progresso técnico expressa o fato que ele aumenta apenas a produtividade do trabalho (Hans, Matthews, 1964).

De fato, a equação (1) é um truísmo:

$$G.C = \frac{\Delta Y}{Y} \cdot \frac{\Delta K}{\Delta Y} = \frac{dK}{Y}$$

Como ΔK é igual ao investimento I, é possível escrever:

$$G.C = \frac{I}{Y} = \frac{s.Y}{Y} = s$$

(no esquema keynesiano, a poupança *ex-post* é igual ao investimento)

Harrod, em seguida, escreve a seguinte equação:

$Gw.Cr = s$ (2), sendo Gw a taxa de crescimento necessária, chamada por ele de taxa garantida: é "... a taxa global de progressão [do produto, A.H.] que, se for realizada, deixaria os empresários prontos para realizar uma progressão idêntica no período seguinte" (Harrod, 1948). Conseqüentemente, Cr representa o coeficiente de capital desejado, ou seja, as necessidades em capital: Cr depende das expectativas de lucro dos empresários.

$$Gw = \frac{\Delta Y^*}{Y} \text{ e } Cr = \frac{\Delta K^*}{\Delta Y^*} \quad (* \text{ indica o valor desejado pelos empresários})$$

Para que os empresários estejam "satisfeitos", é necessário que eles possam realizar o investimento desejado I^* , de tal forma que este se iguale com o nível da poupança desejada (S^*). *Ex-post*, $S = S^*$; de fato, no sistema keynesiano, o investimento determina a renda e a renda determina a poupança. Suporemos que, *ex-post*, $\Delta I = \Delta S$, a partir de uma posição inicial de equilíbrio na qual $I = S$

$$\Delta K^* = I^* = S^* = S = sY$$

$$(2) \Rightarrow Gw.Cr = \frac{\Delta Y^*}{Y} \cdot \frac{s.Y}{\Delta Y^*} = s$$

É preciso observar que tanto C quanto Cr incluem, além dos bens de produção, os bens de consumo; C inclui "os bens de equipamento e os estoques" (Idem).

Finalmente, Harrod define Gn como o crescimento de longo prazo permitido pelo crescimento da população e pelo progresso técnico. Isto implica uma *exogeneização de n* (*hipótese 4*).

1.2 Uma tipologia dos desequilíbrios: uma primeira análise

1.2.1 Os *desequilíbrios de curto prazo* se expressam a partir da comparação entre G e Gw :
(1) e (2) $\Rightarrow G.C = Gw.Cr = s$ (3)

Se G for superior a Gw , Cr terá que ser superior a C ; *quando o crescimento efetivo do produto efetivo é superior ao crescimento desejado, o investimento efetivo é inferior ao investimento desejado*. Os empresários vão aumentar o investimento, para tentar igualá-lo ao investimento desejado; mas *a combinação do multiplicador e do acelerador* vai aumentar de novo o produto real G . Aparece, assim, uma ampliação dos desvios iniciais entre G e Gw e, conseqüentemente, entre C e Cr .

No caso de G ser superior a Gw , existe um processo cumulativo de *expansão*, que pode ser representado da seguinte maneira: em t , temos $G_t > Gw \Rightarrow C_t < Cr_t$. Em $t+1$, a partir da ação combinada do multiplicador e do acelerador, temos $G_{t+1} > G_t > Gw$, e $G_{t+1}.C_{t+1} = Gw.Cr_{t+1}$, o que implica em $Cr_{t+1} - C_{t+1} > Cr_t - C_t$.

Esta fase de expansão, de curto prazo, se traduz por um excesso de demanda em relação à oferta, ou seja, no esquema keynesiano, por um investimento superior à poupança *ex-ante*.

Da mesma maneira, se G for inferior a G_w , C tem que ser superior a C_r ($C_r < C$); os mesmos encadeamentos provocam, neste caso, um processo cumulativo de *recessão*. É possível explicar a seguinte afirmação de Harrod: "Superprodução é a consequência de a produção se situar abaixo do nível garantido" (apud. Shackle, p. 256). Neste caso, pelo fato de C_r ser inferior a C , os produtores estão com um estoque de capital importante demais. Esta situação se traduz, no esquema keynesiano, por um investimento inferior à poupança, ou seja, por uma situação em que a oferta global é superior à demanda global.

Não existem razões, no âmbito de uma abordagem keynesiana, para que as condições de estabilidade de curto prazo sejam verificadas, ou seja, para que G seja igual a G_w : G depende diretamente das expectativas dos empresários no que concerne à demanda efetiva, no sentido definido por Keynes, enquanto G_w constitui uma taxa particular de crescimento do produto pela qual as expectativas dos empresários em termos de lucro são satisfeitas e pela qual a demanda real corresponde à oferta (Bartoli, 1991, p. 290). Existem poucas probabilidades, numa economia cujas decisões são descentralizadas, de as duas taxas serem iguais. Em outras palavras, existem poucas probabilidades para a economia alcançar este crescimento equilibrado.

1.2.2 Os desequilíbrios de *longo prazo* são estudados a partir da comparação entre G_w e G_n .

Se G_n for superior a G_w , a situação apresentará as seguintes características:

- i) como indica o próprio Harrod (1948), no caso de uma aceleração da atividade econômica, G é geralmente superior a G_n . Isto se explica pelo fato que existem recursos não utilizados, tanto no que concerne ao capital quanto ao trabalho. Não obstante, no longo prazo, não é possível manter o crescimento real superior a G_n ;
- ii) Temos as seguintes relações: $G_n > G_w$, e $G_n \geq G$. Se $G > G_w$, temos $G_n > G > G_w$, e encontramos as características de uma fase de expansão de curto prazo, ou seja, uma situação na qual $G > G_w$. Esta fase de expansão de longo prazo caracteriza-se por uma taxa de desemprego igual a $(G_n - G)$.

Se, ao contrário, $G_n < G_w$, e como $G_n \geq G$, temos: $G \leq G_n < G_w$, o que implica numa fase de recessão de curto prazo caracterizada por $G < G_w$. Isto gera uma fase de recessão no longo prazo; como, temos $G_n < G_w$, os empresários não podem realizar o crescimento desejado.

1.2.3 Para sintetizar a problemática de Harrod, existe um crescimento equilibrado com pleno emprego quando:

$$G = G_w = G_n \Leftrightarrow \frac{s}{C} = \frac{s}{C_r} = G_n \quad (4)$$

2) A instabilidade de Harrod

2.1 Os diferentes princípios de instabilidade

Nas diferentes versões de seu modelo, Harrod quer construir um quadro geral dentro do qual seja possível elaborar uma análise dinâmica. A partir deste quadro geral, as flutuações econômicas não se explicam a partir dos *lags*, ou seja, a partir de certas defasagens temporais, mas a partir da dinâmica interna do sistema (Harrod, 1939, p. 15). O modelo se propõe a fornecer uma explicação *endógena* das flutuações a partir da interação entre a tendência e o ciclo (Harrod, 1938, p. 254); é possível notar que este resultado é totalmente compatível com os trabalhos modernos ligados à entropia, ao estudo dos sistemas complexos e a todas as formas de não linearidade (Herscovici A, 2003 (b)).

Concordo com Besomi (2001) quando este autor afirma que “(...) a comparação entre a taxa atual e a taxa garantida era essencial para estudar a estabilidade do equilíbrio, a comparação entre a taxa atual e a natural para determinar o ponto de reversão (...)”

O método geral adotado por Harrod permite distinguir *três princípios de instabilidade*:

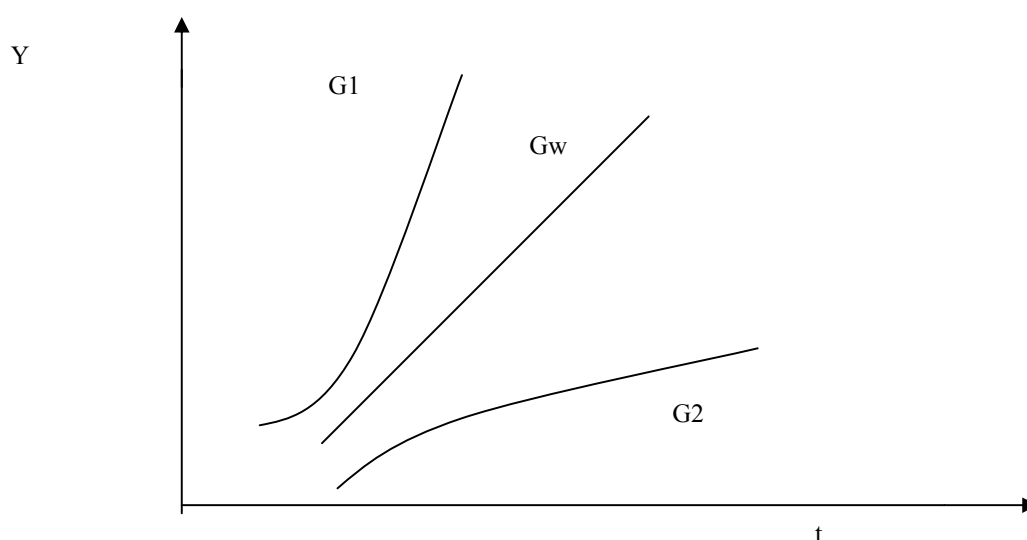
i) num primeiro momento, ele vai definir a taxa garantida de crescimento como a taxa de crescimento do produto que, se for realizada, “ (...) deixaria os empresários satisfeitos de ter produzido aquele produto” (Harrod, 1939) e os incitaria a manter a mesma taxa de crescimento para o próximo período. Neste sentido, é possível assimilar G_w ao crescimento equilibrado. Em G_w estão embutidas as expectativas de lucro dos empresários; se a taxa efetiva de crescimento do produto for igual à taxa garantida, as expectativas dos empresários são realizadas, a taxa de utilização do capital é aquela desejada e o nível de estoque corresponde ao nível desejado; o lucro corresponde ao lucro desejado (Harrod, 1973). No que diz respeito a este último ponto, esta taxa de lucro corresponde à taxa de lucro normal definida por Keynes no *Treatise*; se esta taxa for realizada, ela não incitaria os empresários a modificar sua escala de produção (Keynes, 1935, p. 151). Por outro lado, se, por exemplo, a Poupança for superior ao Investimento, o lucro dos empresários será inferior ao lucro normal e a escala de produção se modificará no sentido de uma queda. A construção da taxa garantida representa uma versão dinâmica do conceito de lucro normal (Harrod, 1963, p. 142).

Quando G for diferente de G_w , aparecem desequilíbrios cumulativos que fazem com que, com o decorrer do tempo, o desvio entre G e G_w se amplie; em função da terminologia moderna ligada aos sistemas de equações não lineares, poderia dizer que o sistema gera assim flutuações explosivas, à medida que G se afasta de G_w . *Este princípio de instabilidade parte do pressuposto que a taxa garantida permanece constante*: ele “ (...) depende do fato que os valores de s e de C sejam independentes do valor de G_w ” (Harrod, 1939, p. 24). Segundo Keynes, esta taxa garantida só é constante sob condições específicas e, de um modo geral, tal taxa varia no decorrer do tempo, o que explica as críticas de Keynes em relação ao modelo de Harrod (1973). As expectativas de longo prazo dos empresários não se modificam e, conseqüentemente, a taxa de crescimento desejada

permanece a mesma (Asimakopulos, 1991p. 141). Este caso corresponde, exatamente, ao conceito de equilíbrio estacionário definido anteriormente.

Por outro lado, este modelo não tem condições de explicar, concretamente, os pontos de reversão do ciclo (*turn points*), nem o fato do sistema capitalista ser o objeto de uma regulação, no sentido de conter, a partir de um piso e de um teto, esta instabilidade.

Gráfico 4 A instabilidade Harrodiana



ii) Num segundo momento, Harrod reconhece que G_w pode variar no decorrer do ciclo (1938, p. 264 e 265); existe um valor normal e um valor especial para esta taxa. *As variações da taxa garantida traduzem o fato que as expectativas de lucro (de longo prazo) se modificam*; este caso corresponde ao equilíbrio móvel, da maneira como ele foi definido no gráfico 3, pelo fato das expectativas se modificarem em função de sua não realização. Conforme mostrarei mais adiante, esta variação de G_w permite explicar o fato que a instabilidade das flutuações seja contida, assim como a reversão, ou seja, a passagem entre expansão e recessão.

iii) Finalmente, num terceiro momento, Harrod define a taxa natural de crescimento, G_n , como a taxa de crescimento máxima permitida pelo aumento da população e/ou pelo aumento da produtividade do trabalho (Harrod, 1939, p. 30). O crescimento estável com pleno emprego verifica a seguinte relação: $G = G_w = G_n$, o que é altamente improvável, essas três taxas sendo determinadas independentemente. G é determinada a partir do coeficiente de capital real, G_w a partir das expectativas de lucro dos empresários e G_n exogeneamente; não existe nenhuma razão para que o valor dessas taxas verifique esta

relação. As flutuações de longo prazo se caracterizam pela existência de um desemprego involuntário à medida que G é inferior a G_n ; isto corresponde à “tradução” dinâmica do conceito keynesiano de equilíbrio sem pleno emprego.

2.2 A discussão das hipóteses e dos resultados

Harrod define C_r como um coeficiente desejado de capital (1948); representa o capital adicional que os empresários querem investir; como tal, é uma variável definida *ex-ante* (Harrod, 1948, p. 257), pelo fato de traduzir as expectativas dos empresários e não os resultados efetivamente realizados; é um conceito marginal à medida que ele se relaciona com o aumento de capital necessário para que o aumento da produção seja aquele que corresponde ao aumento do consumo (Idem).

Por outro lado, Harrod constrói a seguinte hipótese: o coeficiente C , ou seja a relação entre K e Y , é constante. Esta hipótese é justificada da seguinte maneira: o fato de C ser constante significa que qualquer aumento da produção torna necessário um aumento proporcional da quantidade de capital utilizada. Em termos dinâmicos, inicialmente, a produção corresponde à demanda global e, conseqüentemente, as expectativas dos empresários são verificadas; para o sistema se manter neste crescimento equilibrado, é preciso que o aumento do capital seja igual ao aumento do consumo que resulta do aumento da produção. Harrod relaciona o fato de C ser constante com o fato da taxa de juros ser constante. Esta segunda hipótese pode se justificar de várias maneiras:

i) acredito que essas hipóteses e suas relações se explicam e se justificam a partir da controvérsia de Cambridge, a respeito da natureza do capital (Herscovici A, 2004): certos resultados da análise keynesiana foram desenvolvidos por Sraffa e pelos neo-ricardianos e permitem afirmar que não existe uma relação monotônica entre a variação da taxa de juros e a variação da quantidade de capital utilizada. O *reswitching* das técnicas e toda a análise neo-ricardiana mostram claramente que é impossível medir determinada quantidade de capital independentemente do valor das variáveis distributivas, ou seja da taxa de lucro, definida em função da taxa de juros, e da taxa de salários. Assim, ao aumento (diminuição) da taxa de juros, considerada como o “preço do capital”, não corresponde, sistematicamente, uma diminuição (aumento) da relação K/Y . Para neutralizar este tipo de problema, os modelos neoclássicos ⁶ supõem uma economia que produz um único bem homogêneo. Neste caso, a convergência para o *steady-state* é implementada a partir da variação da taxa de juros que modifica o coeficiente de capital de tal maneira que o sistema alcance o crescimento equilibrado. As variações da taxa de juros explicam a variação de C , de tal maneira que a relação que corresponde ao crescimento de longo prazo com pleno emprego seja verificada; em outras palavras, a convergência para o crescimento equilibrado se explica a partir da flexibilidade de C , a qual se justifica a partir das variações da taxa de juros. Nas funções de produção neoclássicas, a substituíbilidade perfeita dos fatores de produção permite explicar a convergência automática para a posição de equilíbrio.

⁶ A este respeito, ver o modelo canônico de Solow (1956)

No âmbito de uma problemática keynesiana, Harrod era obviamente consciente deste problema. Por outro lado, conforme mostrei, seus diferentes princípios de instabilidade são incompatíveis com a flexibilidade de C : a dinâmica apresentada aqui não se relaciona com uma convergência para o estado ótimo implementada a partir do princípio de igualação entre o custo e a receita marginal, mas na base de mecanismos muito mais complexos ligados a modalidades de regulação totalmente alheias aos conceitos neoclássicos de otimização micro e macroeconômica. É por essas razões, e não em função de uma suposta rigidez técnica dos processos de produção, que Harrod estabelece essas hipóteses.

ii) Segundo certos autores (Jones H, 1979), a relação entre a taxa de juros e o coeficiente de capital é a seguinte: *na ausência de incerteza e em condições de concorrência pura e perfeita*, a taxa de juros é igual à taxa de lucro e à produtividade marginal do capital. É possível escrever assim:

$$r = \frac{\Delta Y}{\Delta K} \Leftrightarrow \frac{\Delta K}{\Delta Y} = C = \frac{1}{r} \quad (5)$$

A relação (5) ressalta o fato que r e C variam em sentido inverso; esta relação, totalmente neoclássica, indica que as variações de C são determinadas a partir das variações de r . Assim, as variações de C são limitadas pelas variações de r . Existem várias maneiras de justificar essas limitações:

(a) A armadilha à liquidez ressalta a existência de um piso, no que diz respeito às variações da taxa de juros; as limitações relativas às variações da taxa de juros se explicariam a partir da existência de um nível mínimo da taxa de juros (Idem, p. 71 e seguintes). Este tipo de argumentação tem a vantagem de reintroduzir o papel da moeda na construção harrodiana, e sua relação com a incerteza. Não obstante, para poder utilizar esses componentes essenciais do modelo da TG, é preciso partir de pressupostos alheios a esta teoria: a ausência de incerteza, as condições de concorrência pura e perfeita e a remuneração dos fatores de produção à sua produtividade marginal.⁷

(b) No modelo keynesiano, a taxa de juros é determinada exogeneamente, a partir da incerteza e da preferência pela liquidez (A Herscovici, 2004): nada indica que essas variações da taxa de juros sejam compatíveis com as variações de C necessárias para verificar a condição de equilíbrio. É importante frisar que, no esquema da TG, não existe uma relação monotônica entre a taxa de juros e K/Y : o Investimento depende da diferença entre e , a eficiência marginal do capital, e r , a taxa de juros; se a variação da taxa de juros for igual à variação da eficiência marginal do capital, não vai haver modificação do Investimento (TG, p. 141). Reencontramos a convergência como problemática sraffaiana e, conseqüentemente, a ruptura com a concepção neoclássica do capital e da taxa de juros.

2.3 Instabilidade e modalidades de regulação do sistema

⁷ No que diz respeito a esta incompatibilidade, ver Kregel (1980) e Herscovici (2002).

2.3.1 Na perspectiva de Harrod, o caráter cumulativo do ciclo se explica a partir da interação entre o multiplicador e o acelerador: é por isto que, a partir do momento que G for diferente de G_w , as flutuações se tornam explosivas. Esta análise permite colocar a questão relativa à existência de variáveis reguladoras; de fato, a alternância entre expansão e recessão mostra claramente que existem pontos de reversão (*turn points*) que permitem explicar a inversão de tendência. Existem elementos reguladores que permitem determinar um teto e um piso no que diz respeito à amplitude das flutuações⁸. É possível imaginar a combinação entre reguladores endógenos e exógenos.

Harrod introduz variáveis que reduzem a influência do acelerador e, conseqüentemente, a amplitude das flutuações (1939, p. 26 e seguintes): essas variáveis podem ser endógenas ou exógenas. Reconhece que parte do investimento k não depende da variação da renda nem de sua taxa de crescimento (1938, p. 262 e 263). Existem várias interpretações possíveis:

(a) k pode ser concebido como um investimento autônomo que não depende da variação da renda; neste caso, isto significa uma influência menor do princípio de aceleração. Os investimentos públicos correspondem exatamente a este tipo de determinação; os investimentos ligados ao progresso técnico correspondem, igualmente, a esta categoria. Keynes admite que parte das expectativas de longo prazo é determinada independentemente dos movimentos de curto prazo: tendo em vista a extrema precariedade das bases a partir das quais são calculados os rendimentos previstos do investimento (TG, p. 125), o “*animal spirit*” se traduz pelo fato de exogeneizar, *parcialmente*, as expectativas de longo prazo.

(b) É possível considerar que, à medida que o investimento é determinado a partir das expectativas de longo prazo, ele não depende das variações de curto prazo do produto (Harrod, 1938, p. 263). Como Harrod concebe o investimento como o capital fixo e o capital circulante, isto significa que o acelerador é um mecanismo de curto prazo que se relaciona com o nível dos estoques e não com o capital fixo; por outro lado, conforme indicado na TG, este tipo de investimento é determinado a partir das expectativas de longo prazo formuladas pelos empresários. Qual é a natureza de k ? Em parte, corresponde a variáveis exógenas como os Investimentos públicos, o progresso técnico ou o *animal spirit*. No que diz respeito ao primeiro componente, isto coloca em evidência o papel da intervenção do Estado, sob a forma de políticas de gastos públicos: essas políticas permitem modificar o valor de G_w e, conseqüentemente, impor limites às flutuações, ou seja, à diferença entre G e G_w . *A política econômica é, conseqüentemente, anti-cíclica, no sentido de minimizar a amplitude das flutuações.*

Por outro lado, o equilíbrio móvel descrito na primeira parte deste trabalho mostra que parte das expectativas de longo prazo depende da modificação das expectativas de curto prazo; neste caso, parte de k é determinada endogeneamente, a partir da modificação das expectativas de curto prazo, ou seja, do nível dos estoques (Harrod, 1939, p. 27).

A equação que permite definir G_w se transforma em : $G_w = \frac{s - k}{C}$ (6)

⁸ A este respeito, ver o modelo de Hicks (1950)

Neste nível, é possível afirmar que a variação de G_w pode ser explicada tanto a partir de variáveis exógenas quanto por variáveis endógenas.

2.2.2 É possível considerar que $k = k_1 + k_2$, k_1 correspondendo às variáveis exógenas e k_2 às variáveis endógenas.

A relação (6) pode ser escrita da seguinte forma:
$$G_w = \frac{s - (k_1 + k_2)}{C} \quad (7)$$

No que diz respeito a um processo de expansão de curto e de longo prazos, é altamente provável que as expectativas de longo prazo sejam influenciadas pelo crescimento de curto prazo, o que se traduz por um aumento de k_2 e, conseqüentemente, por uma queda de G_w . ($G - G_w$) aumenta, o que traduz o caráter cumulativo do ciclo. As expectativas endógenas de longo prazo atuam no sentido de reforçar este caráter cumulativo, o mesmo raciocínio podendo ser feito no caso de uma fase de recessão. À medida que este processo cumulativo persista, está havendo auto-realização das profecias, no que concerne às expectativas de longo prazo.

Esta formalização permite conceber as modalidades de uma política anti-cíclica de curto e longo prazos: no âmbito de uma recessão, o aumento do Investimento público, autônomo por natureza, se traduz por um aumento de k_1 e por uma diminuição de G_w , o que permite amenizar a amplitude da recessão e implementar as condições necessárias para o crescimento.

Neste tipo de análise, não é possível diferenciar curto e longo prazo, tendo em vista que, conforme mostrei, o longo prazo é a sucessão de fases de curto prazo. Essas relações mostram, igualmente, que o jogo do mercado produz uma instabilidade forte e que é preciso de variáveis exógenas para conter esta instabilidade.

2.2.3 Harrod admite que, no curto prazo, s pode variar. Se a propensão média a poupar pode ser considerada estável no longo prazo, no curto prazo, ela varia (Harrod, 1948, p. 7). Assim, no curto prazo, G_w varia também.

Uma fase de expansão de longo prazo se caracteriza pelo fato de $G_n > G_w$. Neste caso, o aumento do produto significa que, no curto prazo, há um aumento de G_w (1938, p. 261); quando G_w se torna superior a G , encontramos as condições de uma recessão de curto prazo.

$G_n > G > G_w$ representa o início da fase de expansão de longo prazo; quando G_w aumenta esta relação se modifica da seguinte maneira: $G_w > G_n > G$, o que se traduz por uma recessão.

Assim, contrariamente ao modelo de Solow, o crescimento equilibrado é intrinsecamente instável. O aumento da propensão média a poupar exerce a seguinte influência: ela se traduz por um aumento de G_w acima de G_n , o que gera uma recessão. Por outro lado, G aumenta menos que G_w à medida que ele não pode ser superior a G_n , no longo prazo; neste caso, a fase de expansão produz as condições que permitem explicar a fase de recessão, ou seja, $G_w > G$.

Conclusão

Finalmente, quero ressaltar o caráter intrinsecamente dinâmico do método empregado por Harrod e de seus principais resultados. Isto implica em examinar os diferentes tipos de *path-dependence*, a não linearidade dos processos econômicos e as modalidades de regulação assim produzidas.

Nas diferentes versões de seu modelo, Harrod combina dois tipos de *path dependence*.

A primeira se relaciona com o caráter cumulativo das flutuações⁹: existe uma ampliação do desequilíbrio inicial, o que permite afirmar que a evolução do sistema depende das condições iniciais. Não entanto, apesar desta abordagem ser incompatível com o método do equilíbrio, ela não permite explicar a alternância entre expansão e recessão, nem a existência de pontos de inflexão na trajetória do sistema (Setterfield, 1998, p. 533), nem suas modalidades de regulação: este princípio de instabilidade de Harrod corresponde ao que Vercelli chama de instabilidade dinâmica (1985).

A segunda concepção é diretamente ligada ao fato que o valor da posição de longo prazo que o sistema alcança depende das especificidades do processo de ajustamento de curto prazo. No modelo de Harrod, isto corresponde ao fato de G_w (a taxa de crescimento que corresponde ao crescimento equilibrado) variar no decorrer do ciclo; o movimento de curto prazo determina, *ex-post*, o valor de longo prazo. Por outro lado, permite explicar a reversão de tendência, em função de variáveis exógenas e endógenas. Finalmente, ressalta que o ciclo é a manifestação necessária do crescimento de longo prazo (Besomi, p. 79); conforme mostrei, uma fase de expansão (recessão) de longo prazo é a sucessão temporal de fases de expansão (recessão) de curto prazo, e as variações cíclicas de s e de G_w explicam a reversão de tendência de longo prazo. Não há dicotomia entre o curto e o longo prazo, entre ciclo e tendência, não há convergência para uma posição de equilíbrio de longo prazo predeterminada, nem ótimo micro e macroeconômico, tanto no curto quanto no longo prazo. A regulação do sistema é assegurada a partir da combinação de variáveis exógenas, como os gastos do Estado no âmbito de uma política “anti-cíclica” e de variáveis endógenas, ou seja, produzidas pelo próprio sistema.

Apesar de não haver formalizações matemáticas, esses resultados são característicos:

(a) da não linearidade dos processos, a qual se traduz pela produção de flutuações endógenas e pela modificação da natureza da regulação “longe” da posição de equilíbrio (Herscovici, 2003 (b))

⁹ A este respeito, Setterfield (1998) fala em causalidade cumulativa.

(b) da não ergodicidade do universo, isto se explicando pela ausência de uma posição de equilíbrio predeterminada, o que ressalta a historicidade da análise (Herscovici, 2003 (a));
(c) do debate atual a respeito do indeterminismo nas Ciências. A este respeito, é interessante observar que certos autores opõem o método do equilíbrio ao método histórico baseado no princípio do indeterminismo (Setterfield, 1998, p. 528); neste caso, o método empregado por Harrod pode ser assimilado, sem dúvida, ao método histórico.

É também importante observar que esses resultados são plenamente compatíveis com uma perspectiva keynesiana e, de uma maneira mais geral, heterodoxa ¹⁰:

i) nada indica que a taxa de lucro embutida em G_w seja aquela que corresponde à maximização do lucro, por parte dos empresários. Ela é definida pelo próprio Harrod como a taxa que deixaria os empresários “satisfeitos”; esta taxa é parecida com a taxa de lucro natural definida por Smith ¹¹.

ii) A trajetória do sistema não tem condições de assegurar as condições do pleno emprego: à medida que o equilíbrio é instável, o sistema produz as flutuações que o afasta do crescimento equilibrado com pleno emprego.

iii) As expectativas dos agentes não são adaptativas: isto não significa que os agentes deixem de ser “racionais”, mas se explica pelo fato do mercado não ter condições de coordenar, de maneira eficiente, a atuação de uma multidão de agentes. Contrariamente às teorias do *mainstream*, o *market-clearing* contínuo não é postulado (como no caso da teoria das expectativas racionais) ou implementado a partir da ficção do leiloeiro walrasiano. Neste sentido, é possível falar em economia do desequilíbrio, no sentido empregado por Duménil e Lévy (1987).

iv) Finalmente, as flutuações do produto se explicam a partir de uma modificação das expectativas de longo prazo, ou seja, das expectativas de lucro embutidas em G_w , o que é perfeitamente coerente com a leitura de Keynes apresentada neste trabalho.

¹⁰ A este respeito, o método de Harrod é muito mais próximo do método empregado pelos economistas clássicos do que daquele empregado pelos economistas neoclássicos: i) não existe maximização microeconômica no que diz respeito o lucro auferido ii) a distinção entre curto e longo prazo não existe; a partir de uma perspectiva clássica, é possível demonstrar que o valor do preço natural depende das variações do preço de mercado (Herscovici, 2002) iii) o fato do coeficiente de capital ser constante pode ser explicado a partir da problemática neo-ricardiana. iv) em função desses elementos, e contrariamente aos modelos neoclássicos de Solow, não existe uma convergência sistemática para o equilíbrio de longo prazo.

¹¹ Esta taxa é definida como a taxa de lucro que o capitalista “pode *razoavelmente* obter como a venda de seus produtos” (Smith, 1980, v. 1, p. 160, grifo meu). Esta definição é parecida com aquela de Harrod: “as firmas têm uma taxa de lucro padrão que inclui o juros, e que elas acrescentam aos seus custos” (Harrod, 1973, apud. Asimakopulos, p. 153)

ANEXO: Uma síntese dos mecanismos de instabilidade e de reversão

1) *As características da instabilidade harrodiana*

$G > G_w \Rightarrow$ expansão de curto prazo

$G < G_w \Rightarrow$ recessão de curto prazo

$G_n > G > G_w \Rightarrow$ expansão de longo prazo

$G < G_n < G_w \Rightarrow$ recessão de longo prazo

2) *A reversão de tendência no curto prazo*

$G > G_w \Rightarrow s$ aumenta no curto prazo \Rightarrow aumento de G_w até $G_w > G$

\rightarrow o processo cumulativo é limitado por um “teto”.

3) *As relações curto/longo prazo*

$G_n > G > G_w \Rightarrow$ expansão de longo prazo

O aumento de G_w , no curto prazo, faz com que:

$G_w > G_n > G$, o que caracteriza uma fase de recessão.

\rightarrow existe interdependência entre curto e longo prazos

\rightarrow explica a reversão de tendência (*turn point*)

4) A regulação do sistema

$$4.1) \quad G_w = \frac{s - (k_1 + k_2)}{C}$$

k_1 : variáveis exógenas: progresso técnico, investimento autônomo, expectativas de longo prazo determinadas exogeneamente (*animal spirit*)

k_2 : variáveis endógenas: expectativas de longo prazo determinadas pelos movimentos de curto prazo

4.2 *A causalidade cumulativa*

No caso de uma expansão, de curto e longo prazo, as expectativas de longo prazo endógenas aumentam:

⇒ aumento de k_2 , diminuição de G_w , o que ressalta o caráter cumulativo do ciclo e da tendência.

No caso de uma recessão, a diminuição de k_2 se traduz por um aumento de G_w o que se traduz por um processo cumulativo de recessão.

4.3 *A dinâmica anti-cíclica*

Numa fase de recessão, um aumento dos gastos do Estado, ou seja, do investimento autônomo, implica um aumento de k_1 , ou seja, uma diminuição de G_w :

→ limita o caráter cumulativo da recessão

→ permite realizar a passagem para uma fase de expansão.

BIBLIOGRAFIA

Asimakopulos, A, 1991, *Keynes's general theory and accumulation*, Modern Cambridge Economics, Cambridge University Press, Cambridge.

Barrère Alain 1990, *Macroéconomie keynésienne. Le projet économique de John Maynard Keynes*, Paris, Bordas.

Bartoli, Henri, 1991, *L'economie multidimensionnelle*, Economica, Paris, 1991.

Besomi Daniele, 2001, Harrod's dynamics and the theory of growth: the story of a mistaken attribution, *Cambridge Journal of Economics*, 25.

-----, 1995, *From The Trade cycle to the "Essay in Dynamic Theory": The harrod-Keynes correspondence, 1937-1938*, History of Political Economy 27:2.

Cardim de Carvalho, Fernando, 1999, Políticas econômicas para economias monetárias, *Macroeconomia moderna. Keynes e a Economia Contemporânea*, G.T. Lima. J. Sicsú. L.F. de Paulo, orgs, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1999.

Chick Victoria, 2004, On Open Systems, *Revista de Economia Política, Volume 24, n. 1, (93)*, janeiro-março/2004.

Duménil G., Lévy D., 1987, "The dynamics of competition: a restoration of the classical analysis", *Cambridge Journal of Economics*, 11, 133-164.

Hahn F.H. and Matthews R.C.O., 1964, "The theory of Economic Growth: A survey", *Economic Journal*.

Harrod Roy F, 1937, *Mr Keynes and Traditional Theory*, in Keynes' General Theory. Reports of Three Decades, edited by Robert Lekachman, Macmillan & Co LTD, London.

-----, 1938, *An Essay in Dynamic Theory: 1938 Draft*, edited by Daniele Besomi, History of Political Economy 28:2, 1996.

-----, 1939, *An Essay in Dynamic Theory*, The Economic Journal, March 1939.

-----, 1948, *Towards a Dynamic Theory. Some recent Developments of Economic Theory and their Applications to Policy*, London, Mac Millan.

-----, *Retrospect on Keynes*, in Keynes' General Theory. Reports of Three Decades, edited by Robert Lekachman, Macmillan & Co LTD, London.

-----, 1973, *Economic Dynamics*, London, Mac Millan.

Herscovici Alain, 2002, *Dinâmica macroeconômica: uma interpretação a partir de Marx e de Keynes*, EDUFES/EDUC, São Paulo, 2002.

-----, 2003 (a) *Irreversibilidade, incerteza e Teoria Econômica, Reflexões a respeito do indeterminismo metodológico e de suas aplicações na Ciência Econômica*, paper apresentado no VIII Encontro Nacional de Economia Política, Florianópolis.

-----, 2003 (b), *Historicidade, entropia e não linearidade: algumas aplicações na Ciência Econômica*, XXXI Encontro Nacional da ANPEC, Porto Seguro.

-----, 2004, *Uma crítica do conceito neoclássico de capital: as contribuições de Keynes e de Sraffa*, IX Encontro nacional de Economia Política, Uberlândia.

Herscovici A, Peixoto Jardim A, 2004, *Mercado do trabalho e estrutura dos modelos macroeconômicos: uma análise comparada dos modelos neoclássicos e keynesianos*, no prelo, Vitória.

Hicks J.K., 1950, *A contribution to the theory of the Trade Cycle*, Oxford, U.P.

Keynes, John Maynard, 1990, *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*, Atlas, São Paulo.

-----, 1935, *A Treatise on Money*, 1935, MacMillan and Co, London.

-----, 1973, *The General Theory and After: Part II Defence and development*, edited by Donald Moggridge, London.

Jones, H.G., 1979, *Modernas Teorias do Crescimento Econômico. Uma introdução*. Atlas, São Paulo.

Kregel, J. A, 1976, Economic methodology in the face of uncertainty: the modelling methods of Keynes and the post-keynesians. *The Economic Journal*, 86, pp. 209-225.

-----, -----, Economic dynamics and the theory of steady growth: an historical essay on Harrod's 'knife-edge' , *History of Political Economy*, 12:1, 1980, Duke University Press.

Pasinetti, Luigi L. , 1997, “ The marginal efficiency of investment, in *A “Second Edition” of the General Theory Vol. 1*, Edited by G.C. Harcourt and P. ^a Riach, Routledge, pp. 185-197.

Prigogine, Ilya, 1996, *La fin des certitudes*, Editions Odile Jacob, Paris.

Setterfield Mark, 1998, History versus equilibrium: Nicholas Kaldor on historical time and economic theory, *Cambridge Journal of Economics*, 22.

Shackle, G.L.S., 1991, *Origens da economia contemporânea. Invenção e tradição no pensamento econômico (1926-1939)*, Editora Hucitec São Paulo.

Simonsen M. H., Cysne R.P., 1995, *Macroeconomia*, Fundação Getúlio Vargas, Atlas, Rio de Janeiro.

Smith, Adam, 1980, *Riqueza das Nações*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Solow R.M., 1956, A Contribution to The theory of Econômic Growth”, *Quartely Journal of Economics*, vol. 70.

Vercelli Alessandro, 1985, “ Keynes, Schumpeter, Marx and the structural instability of capitalism”, *L'hétérodoxie dans la pensée économique*, G. Deleplace, P. Maurisson org., Cahiers d'Economie Politique, Anthropos, Paris.